PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 119/96

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA, órgão deliberativo e consultivo subordinado ao Poder Executivo Municipal, e que tem por finalidade a consecução dos objetivos tratados nesta lei.

Parágrafo único - O CODEMA é órgão colegiado, consultivo, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis do Município, e naquelas onde haja delegação Estadual e Federal de atribuições.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA compete:

- I propor diretrizes para a política Municipal de Meio Ambiente;
- II sugerir normas técnicas e legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente;
- III exercer a ação fiscalizadora de observância as normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;
- IV obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos desenvolvimento ambiental, aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e a comunidade em geral;
- V atuar no sentido da conscientização pública que o desenvolvimento

Continua •••

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

adequação das exigências do Meio Ambiente, ao desenvolvimento do Município;

XVI - examinar e deliberar juntamente com o órgão ambiental da administração municipal sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, bem como sobre as solicitações de certidões para licenciamento;

XVII - realizar e coordenar as Audiências Públicas, quando for o caso visando a participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XVIII - propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistema destinados à realização de pesquisa básica e aplicadas de ecologia;

XIX - responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XX - decidir a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XXI - acompanhar as reuniões das Câmaras do COPAM em assuntos de interesse do Município.

Art 3º - O CODEMA terá composição paritária de membros da maneira a seguir;

- a) - 01 (um) Presidente, que é o Prefeito conforme a Lei Orgânica do Município;
- b) - 01(um) representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos Vereadores;
- c) - 01(um) representante do órgão Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico;
- d) - 01 (um) representante da EMATER;
- e) - 01 (um) representante das Associações de Bairros;
- f) - 01 (um) representante da Associação Comercial;
- g) - 01 (um) representante da Associação dos Empregados da Açominas -AEA.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente deverá ser eleito na Primeira Reunião entre os participantes do Conselho (Titulares) sendo este o responsável na ausência do Presidente.

Art 4º - Cada membro do conselho terá uma suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.

Art 5º - A função dos membros do CODEMA é considerada serviços de relevante valor social, sendo vedada a remuneração por participação no colegiado.

Art 6º - as sessões do CODEMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.

Art 7º - O mandato dos membros do CODEMA é de dois anos, permitida uma recondução.

Art 8º - Os Órgãos ou entidades mencionados no art 3º poderão substituir o membro efetivo indicando o seu suplente mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do CODEMA, nas hipóteses de caso fortuito ou falta grave.

Art 9º - O não comparecimento a 03(três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante 12 meses, implica na exclusão do faltoso, em relação ao quadro do Conselho.

Art 10 - O CODEMA poderá instituir, se necessário, câmara técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art 11 - No prazo máximo de 60 dias após a sua instalação, o CODEMA elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto do Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Continuação da Lei nº 1.119/96

- ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal com ênfase aos problemas do Município;
- VI subsidiar o Ministério Público, nos procedimentos que dizem respeito ao Meio Ambiente, previstos na Constituição Federal de 1988 ;
- VII solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar as ações executivas do Município na área ambiental;
- VIII - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com as entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;
- IX opinar previamente sobre planos e programas anuais e plurianuais de trabalho da Secretaria (ou órgão equivalente) de Meio Ambiente, no que diz respeito a sua competência exclusiva;
- X identificar e informará comunidade e aos Órgãos Públicos competentes, Federal, Estadual e Municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;
- XI opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;
- XII acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;
- XIII - receber denúncias feitas pela população, deligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;
- XIV acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle de ações capazes de afetar ou destruir o Meio Ambiente;
- XV opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, obras e serviços urbanos, visando a

Continua ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Art 12 - A Instalação do CODEMA e a composição dos seus membros ocorrerá no prazo máximo de 60 dias ,contados a partir da data de publicação desta lei.

Art 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposição em contrário.

Ouro Branco, 21 de Outubro de 1996

HÉLIO MARCIO CAMPOS
Prefeito Municipal